



A GUERRA NO MIANMAR: LIMPEZA ÉTNICA, BIOPODER E A NOVA ROUPAGEM DO TOTALITARISMO RACIAL

THE WAR IN MYANMAR: ETHNIC CLEANSING, BIOPOWER, AND THE NEW GUISE OF RACIAL TOTALITARIANISM

OSVALDO ALENCAR BILLIG

Doutor em Administração pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Administração pela Universidade de Caxias do Sul. MBA em Logística Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Bacharel em Administração pela Universidade de Passo Fundo. Professor no Centro Universitário Dinâmica das Cataratas. E-mail probillig@gmail.com <http://lattes.cnpq.br/7246690417586151> <https://orcid.org/0000-0002-4166-9232>

KAROLAINE CATARINE DIAS

Acadêmica do curso de Relações Internacionais do Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC). E-mail: karolainecatarinedias@hotmail.com Lattes <https://lattes.cnpq.br/6857429198377008> ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-5379-8695>

RESUMO

Mianmar enfrenta décadas de instabilidade política e violações de direitos humanos. Após meio século de regime militar, houve uma breve transição democrática liderada por Aung San Suu Kyi, que, entretanto, colaborou com os militares na perseguição aos rohingya. O país permanece sob forte autoritarismo, repressão e estado de exceção permanente, no qual o governo controla a vida e a morte de seus cidadãos. Este estudo analisa o contexto político-social de Mianmar a partir das teorias do totalitarismo, biopoder e estado de exceção, dialogando com Foucault, Arendt, Agamben e Mbembe. Examina-se como o regime militar utiliza mecanismos biopolíticos para manter o poder e suspender direitos civis, transformando vidas em objetos de gestão e exclusão. Também são consideradas as implicações internacionais e a resposta global. Conclui-se que Mianmar constitui um exemplo contemporâneo de totalitarismo racial, revelando a fragilidade das democracias formais e a ineficácia das instituições internacionais





Palavras-chave: Mianmar; totalitarismo; biopoder; estado de exceção; relações internacionais.

ABSTRACT

Myanmar has faced decades of political instability and systematic human rights violations. After half a century of military rule, the country experienced a brief democratic transition led by Aung San Suu Kyi, who nevertheless collaborated with the military in the persecution of the Rohingya. The nation remains marked by authoritarianism, repression, and a permanent state of exception, in which the government controls the life and death of its citizens. This study analyzes Myanmar's political and social context through the theories of totalitarianism, biopower, and the state of exception, drawing on Foucault, Arendt, Agamben, and Mbembe. It examines how the military regime employs biopolitical mechanisms to maintain power and suspend civil rights, turning lives into objects of management and exclusion. The research also considers international implications and the global response. The study concludes that Myanmar represents a contemporary example of racial totalitarianism, revealing the fragility of formal democracies and the inefficacy of international institutions.

Keywords: Myanmar; totalitarianism; biopower; state of exception; international relations.

1. INTRODUÇÃO

O Mianmar é um país no sudeste da Ásia que, faz fronteira com cinco países: China, Índia, Bangladesh, Laos e Tailândia. O país tem cerca de 50 milhões de habitantes majoritariamente budistas. Em 1962, o país enfrentava críticas internacionais por violações dos direitos humanos e repressão política. A Birmânia como era chamado outrora, mudou de nome em 1989, A mudança foi realizada após a junta militar que governava o país, trocá-lo de nome para Mianmar. A alteração de nome foi dada com a tentativa de distanciar-se do passado colonial e de promover uma imagem de unidade nacional. Que pode se dizer, que está a júpiter de distância de ser considerada uma nação unida.

Após 50 anos de regime militar o hoje falado Mianmar, vivia uma fase de tranquilidade democrática de coalização civil-militar desde 2011 governada pelo NDL (Liga Nacional pela Democracia). Liderado por Aung San Suu Kyi uma ativista birmanesa vencedora do prêmio Nobel da paz em 1991, enquanto estava em prisão domiciliar durante 15 anos. Fez uma concessão aos militares ao cooperar com eles para tentar fortalecer a democracia no país, que paradoxalmente é acusada na corte internacional por limpeza étnica ela se aliou aos militares para perseguir uma minoria





étnica de Mianmar, os muçulmanos rohingya. A persistência de regimes autoritários no século XXI desafia as promessas democráticas da modernidade. Mianmar, país do sudeste asiático, tem sido palco de violações sistemáticas de direitos humanos. A partir da teoria do biopoder de Michel Foucault, este artigo propõe uma análise crítica da gestão estatal da vida e da morte em contextos de exceção política. Segundo Foucault (1979), o poder moderno não se limita à repressão, mas se estende à administração da vida biológica. Essa perspectiva é essencial para compreender como o Estado birmanês transforma populações inteiras em alvos de políticas de extermínio. A articulação com os conceitos de totalitarismo (Arendt, 1989) e estado de exceção (Agamben, 2004) permite uma leitura ampliada da violência institucionalizada.

Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo investigar e analisar como o regime militar de Mianmar mobiliza práticas biopolíticas e totalitárias com vistas ao controle e à eliminação da população rohingya.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 Da junta militar à farsa democrática

Desde o golpe militar de 1962, Mianmar vive sob regimes autoritários. A breve transição democrática iniciada em 2011, foi interrompida, em 1º de fevereiro de 2021, liderado por Min Aung Hlaing. Em conjunto com a Constituição de 2008, redigida pelos militares, garante 25% das cadeiras parlamentares às Forças Armadas, institucionalizando o poder autoritário. O silêncio das armas foi substituído pelo silêncio das comunicações: redes cortadas, voos suspensos, bancos fechados. A operação seguiu à risca a máxima de Sun Tzu: “A excelência mais alta está em se obter uma vitória e subjugar seu adversário sem lutar.” O golpe ocorreu poucas horas antes da primeira sessão do Parlamento eleito em novembro, e foi marcado pela suspensão de telefonia e internet nas principais cidades, fechamento do mercado de ações e bancos, interrupção das transmissões televisivas e cancelamento de voos. Como em um cenário apocalíptico, os militares anunciaram o estado de emergência por meio de um canal local controlado pelo exército, amparando-se na constituição, que lhes concede esse poder.



Em 2025, a junta militar declarou lei marcial em nove regiões diante do avanço de grupos de resistência (G1, 2025), reafirmando o caráter autoritário do regime e consolidando um Estado de exceção permanente. Esse golpe silencioso revela uma sofisticação estratégica que transcende a força bruta: um poder que opera pela antecipação, pela paralisia do tempo político, pela suspensão da normalidade o que Agamben (2007) define como o estado de exceção como paradigma de governo. Embora os militares tenham prometido que o estado de emergência duraria apenas um ano, ele se tornou a forma permanente de governo. Em Mianmar, a exceção não suspende a ordem jurídica ela a constitui. Atualmente, o país é liderado por Min Aung Hlaing, comandante das Forças Armadas, que deveria estar afastado por idade compulsória. No entanto, sua permanência no poder revela um governo marcado por tirania, racismo étnico e religioso, com traços de genocídio.

Hannah Arendt (1989) distingue poder de violência: o poder nasce da ação coletiva e da deliberação pública, enquanto a violência é sua negação. O regime birmanês, ao suprimir o espaço público e o debate político, substitui o poder legítimo pela violência totalitária, como descrito em *Origens do Totalitarismo*. Essa análise se complementa com Foucault, que entende o poder como difuso, presente em todas as relações sociais, operando por meio de dispositivos disciplinares e biopolíticos. Em Mianmar, o controle sobre os corpos prisões, vigilância, censura, violência física exemplifica uma biopolítica repressiva, onde o Estado regula a vida e a morte dos cidadãos. A perseguição aos Rohingya, a censura e a repressão aos dissidentes são expressões de um campo de controle total.

A mão que governa Mianmar hoje não difere das que governavam a Alemanha em 1933. Arendt (1989) define o totalitarismo como um sistema que busca o controle absoluto da vida pública e privada. O terror é institucionalizado, e a pluralidade humana é substituída pela homogeneidade ideológica. O totalitarismo moderno não se limita à repressão física, mas à destruição da espontaneidade e da liberdade: "O totalitarismo não apenas domina politicamente, mas transforma a própria estrutura da realidade social." (Arendt, 1989, p. 342).

O "totalitarismo birmanês" liderado pelo Tatmadaw, formalmente conhecido como Conselho de Administração do Estado (SAC). Min Aung Hlaing enfrenta acusações de crimes contra a humanidade e um mandado de prisão do Tribunal Penal Internacional. Embora controle apenas cerca de 21% do território nacional, o regime domina a força aérea, infraestrutura estatal, grandes centros urbanos e recursos





estratégicos como gás, jade e madeira (BBC, 2025a). A resistência se fragmenta em três grandes blocos: o Governo de Unidade Nacional (NUG), formado por parlamentares depostos e ativistas pró-democracia; as Forças de Defesa Popular (PDFs), milícias locais inspiradas pelo NUG; e as Organizações Armadas Étnicas (EAOs), que lutam há décadas por autonomia territorial. Embora compartilhem a oposição ao Tatmadaw, divergem em agendas e estratégias.

O NUG e os PDFs buscam restaurar a democracia sob uma unidade nacional, enquanto os EAOs priorizam o reconhecimento político de suas identidades étnicas e autonomia regional. Essa desunião reflete uma sociedade profundamente dividida, marcada por desconfianças históricas entre grupos étnicos e partidos birmaneses de maioria budista/bamar. A competição por recursos, a ausência de coordenação estratégica e a interferência de potências regionais como a China que negocia separadamente com certos grupos enfraquecem a coesão da oposição. A resposta do NUG e dos PDFs ao desastre, com a declaração de cessar-fogo temporário e disposição para colaborar com agências humanitárias, contrasta com a postura da junta, que bloqueia ajuda e prende trabalhadores humanitários. A ONU alerta que os militares usam a ajuda como arma política, distribuindo-a apenas em áreas sob seu controle (ONU, 2025).

A situação atual em Mianmar exemplifica a banalidade do mal (2013), conceito arendtiano que descreve como a violência extrema pode ser normalizada por estruturas burocráticas e políticas. A continuidade dos ataques militares durante operações de resgate após o terremoto, como relatado por Tom Andrews, relator especial da ONU, é um exemplo claro dessa lógica perversa: “É simplesmente inacreditável que os militares continuem a lançar bombas enquanto se tenta resgatar pessoas.” (BBC, 2025).

A continuidade dos bombardeios em meio ao desastre natural evidencia a consolidação de um estado de exceção permanente (Agamben, 2007), no qual a suspensão do direito se torna a norma e a vida é reduzida à sua mera existência biológica o homo sacer. Essa conduta adotada pelos militares revela como o poder soberano em Mianmar não apenas reprime, mas administra a vida e a morte (Foucault 1979), transformando a catástrofe natural em mais uma engrenagem da máquina de controle biopolítico, onde até o socorro se torna um campo de guerra. A escolha deliberada de quem pode viver e quem deve morrer, mesmo em momentos de crise humanitária, revela a face mais crua da necropolítica (Mbembe, 2011) um regime que





transforma o abandono e a morte em instrumentos de governo. E assim como (Arendt 1963) alertou, o mal não precisa de monstros, apenas de burocratas obedientes. A persistência da violência em meio ao sofrimento humano banaliza o horror, tornando-o parte rotineira da engrenagem estatal.

2.2 EXTERMÍNIO ÉTNICO E O FRACASSO DA ONU

A chamada “operação de limpeza” em Mianmar, é um caso extremo de biopolítica negativa, como definida por Michel Foucault. O Estado birmanês exerce poder sobre a vida ao decidir quem pode viver e quem deve morrer. Os Rohingya são transformados em “vida nua” (Agamben), desprovidos de cidadania, direitos e proteção. Achille Mbembe (2016), ao falar de necropolítica, descreve como o poder moderno se manifesta pela capacidade de matar. Em Mianmar, o Estado não apenas mata, mas organiza o terror e a fome como instrumentos de expulsão.

A operação lançada em agosto de 2017, é um dos episódios mais brutais e sistemáticos de violência étnica contemporânea, tendo como alvo a minoria muçulmana Rohingya, no estado de Rakhine. Essa operação, conduzida pelas Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) sob o comando do general Min Aung Hlaing, foi oficialmente apresentada como uma resposta a ataques insurgentes. No entanto, rapidamente se revelou uma campanha de extermínio e expulsão em massa, caracterizada por massacres, estupros coletivos, incêndios criminosos e deslocamentos forçados. A ofensiva militar foi desencadeada após supostos ataques do grupo ARSA (Exército de Salvação Rohingya de Arakan) contrapostos policiais. A resposta do Estado foi desproporcional e indiscriminada, atingindo civis, mulheres, crianças e idosos. Segundo a ONU, trata-se de um “exemplo clássico de limpeza étnica”. Mais de 725 mil Rohingya foram forçados a fugir para Bangladesh, enquanto cerca de 25 mil foram mortos. Relatórios internacionais apontam que mais de 115 mil casas foram incendiadas ou vandalizadas, e 18 mil mulheres e meninas foram estupradas por soldados e policiais. A operação não visava apenas eliminar insurgentes, mas erradicar a presença Rohingya do território birmanês.

Os rohingyas ocupam uma posição de extrema Indefensabilidade. Mesmo entre os setores pró-democracia, há resistência em incluir os rohingyas na luta por direitos e cidadania. A exclusão sistemática desse grupo revela o que Hannah Arendt (1951) chamou de negação do “direito de ter direitos”. Onde são tratados como





estrangeiros em sua própria terra, vítimas de um apartheid político e social, instigado pela política, pela população e pela religião. O que outrora foi etnia milenar, agora, é caçada, massacrada, esquecida e humilhada. Que persiste mesmo diante da brutalidade do regime militar. Renomeando o significado de resiliência e força. No plano internacional, a ONU e diversas organizações de direitos humanos denunciam que a junta militar conduz um processo de genocídio contra os rohingya, que já havia provocado, em 2017, um êxodo massivo para Bangladesh (ONU, 2018). A limpeza étnica inclui assassinatos em massa, estupros sistemáticos, vilas incendiadas e expulsão forçada de populações inteiras (CNN Brasil, 2025).

Apesar das denúncias, a ONU falhou em intervir efetivamente. O Conselho de Segurança não aprovou sanções robustas, e a comunidade internacional se limitou a condenações diplomáticas. A operação denominada limpeza seguiu sem obstáculos, revelando a fragilidade da ordem internacional diante de crimes de Estado. A operação em Mianmar não foi uma ação militar legítima, mas um projeto político de extermínio étnico. Ela revela como o Estado pode se tornar máquina de morte, e como a comunidade internacional, mesmo diante de evidências claras, falha em proteger os vulneráveis.

2.3. A HIPOCRISIA DO PRÊMIO NOBEL

O que acontece no estado birmanês, vai muito além de uma guerra generalizada entre grupos, ideais políticos e disputas territoriais, trata-se de um preconceito imbuído em seu cerne. Incitado por militares, figuras políticas e monges budista. Que assim como Hitler em 1946 na segunda guerra mundial, implantam a ideia de religião, raça e “etnia superior”. para justificar atos de ódio e genocídio. Relembrando, os dias escuros da segunda guerra mundial, nos trazendo a sobra de uma nova roupagem da ideologia totalitária e excludente. A crise humanitária que acontece na Birmânia, não pode ser compreendida sem considerar o papel de setores do clero budista que, em contradição com os princípios pacifistas da religião, incitam o ódio étnico e religioso contra os rohingyas. O caso mais emblemático é o do monge Ashin Wirathu. Líder do movimento 969 e posteriormente da MaBaTha (Associação para a Proteção da Religião e da Raça), Wirathu promoveu discursos violentos e desumanizantes contra os muçulmanos, chegando a afirmar que os rohingyas “comem arroz pelo ânus e excretam pela boca”.





Esses discursos não apenas legitimaram a violência popular, mas também influenciaram políticas estatais de exclusão e limpeza étnica. A instrumentalização da religião como ferramenta de ódio revela uma perversão do budismo tradicional e se alinha ao que Hannah Arendt chamou de banalidade do mal quando indivíduos e instituições, sob a aparência de normalidade, colaboram com sistemas genocidas.

Outro Indivíduo que insita o “o Totalitarismo Racial Birmanês”, é a figura de Aung San Suu Kyi, laureada com o Nobel da Paz em 1991, é envolta em contradições. Durante seu governo (2016–2021), ela não só negou publicamente as acusações de genocídio, mas também, defendeu o exército birmanês na Corte Internacional de Justiça e silenciou diante das atrocidades. A reverência internacional à sua imagem revela a hipocrisia das instituições que premiam a paz, mas ignoram a justiça. A resposta do Governo de Unidade Nacional (NUG) à acusação foi evasiva e politicamente calculada. Composto por ex-membros da Liga Nacional pela Democracia (NLD), o NUG tentou reescrever a história, negando a responsabilidade de Suu Kyi e pressionando os rohingyas a aceitarem uma versão limitada de justiça. Essa postura revela uma tentativa de preservar o legado político da líder, mesmo à custa da verdade e da reparação histórica.

Laureada por sua luta por direitos humanos ignorar e até justificar a perseguição sistemática de uma minoria étnica, seria estes direitos humanos apenas para aqueles que lhe convém? A resposta talvez esteja na lógica do poder: Suu Kyi, ao assumir o governo, optou por acomodar-se ao aparato militar em vez de confrontá-lo, sacrificando os princípios que a tornaram símbolo global da resistência. Essa contradição entre discurso e prática reforça a necessidade de uma crítica profunda às estruturas que sustentam o autoritarismo em Mianmar. A luta pela democracia não pode ser seletiva, a justiça para os rohingyas não pode ser adiada, os direitos humanos são para todos.

3. O CONFLITO PELA ÓTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Guerra em Mianmar, deflagrada após o golpe militar de 1º de fevereiro de 2021, representa um caso paradigmático para análise pelas principais vertentes teóricas das Relações Internacionais. O conflito envolve múltiplos atores estatais e não estatais, dinâmicas de poder, questões étnicas e humanitárias, além de





implicações geopolíticas regionais e globais. A situação dos rohingyas em Mianmar representa uma das mais graves crises humanitárias contemporâneas, marcada por perseguição sistemática, deslocamento forçado e acusações de genocídio. A guerra civil intensificou esse cenário, revelando dinâmicas complexas que podem ser analisadas pelas principais vertentes das Relações Internacionais. Sendo as óticas escolhidas para essa análise o Realismo, Liberalismo, Marxismo e Pós-colonialismo.

As vertentes das relações Internacionais permitem fazer umas análises distintas e complementares para compreender o conflito. O Realismo destaca a luta pelo poder e a sobrevivência do Estado em um ambiente anárquico, enquanto o Liberalismo enfatiza o papel das instituições internacionais, da cooperação e dos direitos humanos. O Marxismo, por sua vez, analisa as estruturas de dominação econômica e a exploração das classes sociais, revelando como interesses capitalistas globais podem perpetuar regimes autoritários. Já o Pós-colonialismo propõe uma leitura crítica das heranças coloniais e das narrativas de exclusão que moldam a identidade nacional e justificam a violência contra minorias. Assim, essas abordagens permitem uma análise abrangente e multifacetada da guerra em Mianmar, evidenciando como conflitos contemporâneos são atravessados por múltiplas dimensões de poder, resistência e desigualdade.

3.1. REALISMO: PODER, SEGURANÇA E EXCLUSÃO ESTRATÉGICA

O conflito civil em Mianmar pode ser interpretado, sob a lente realista das relações internacionais, como uma manifestação extrema da luta pela preservação do poder soberano diante da ameaça à ordem estabelecida. A junta militar (Tatmadaw), liderada por Min Aung Hlaing, ao realizar o golpe de Estado em 2021 após a derrota eleitoral, agiu conforme o princípio hobbesiano de autopreservação do Leviatã: o Estado como entidade soberana deve garantir sua sobrevivência frente ao caos e à desordem. Para Hobbes, a soberania é legitimada pela capacidade de manter a ordem e proteger o corpo político mesmo que isso implique o uso da força contra os próprios cidadãos. A alegação de fraude eleitoral, sem provas concretas, é menos uma questão de verdade factual e mais uma estratégia de manutenção do poder soberano diante da ameaça representada pela vitória da Liga Nacional pela Democracia (NLD).

Giorgio Agamben, por sua vez, oferece uma leitura complementar ao mostrar como o estado de exceção originalmente uma suspensão temporária da legalidade





torna-se uma estrutura permanente de governo. Em Mianmar, a militarização da política e a suspensão das garantias democráticas revelam um regime que governa por meio da exceção, onde a norma é a violência e o inimigo interno é constantemente redefinido. A perseguição aos rohingyas, por exemplo, pode ser vista como a aplicação da lógica do estado de exceção: ao serem excluídos juridicamente pela Lei de Cidadania de 1982 e classificados como “estrangeiros ilegais”, os rohingyas são transformados em sujeitos desprovidos de direitos, expostos à violência estatal sem proteção legal. A “operação de limpeza” que resultou em massacres, estupros e deslocamentos em massa é justificada como defesa da soberania nacional, mas revela, na verdade, a face necropolítica do poder soberano, como descrito por Achille Mbembe: o poder de decidir quem deve viver e quem deve morrer. A guerra civil em Mianmar, sob a perspectiva realista, é menos uma disputa ideológica e mais uma luta pela sobrevivência do soberano, que, como em Hobbes diz, teme o retorno ao estado de natureza, e como em Agamben, transforma a exceção em regra para manter o controle sobre o território e os corpos que nele habitam

3.2 LIBERALISMO: INSTITUIÇÕES, DEMOCRACIA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL, DIREITOS HUMANOS E FALÊNCIA INSTITUCIONAL

A vertente liberal destaca o papel das instituições democráticas e da cooperação internacional. O surgimento do Governo de Unidade Nacional (NUG), formado por parlamentares depostos e ativistas pró-democracia, representa uma tentativa de restaurar a ordem democrática e buscar reconhecimento internacional. O NUG e as Forças de Defesa do Povo (PDFs) operam com apoio da diáspora e financiamento via crowdfunding, evidenciando redes transnacionais de solidariedade. Organizações internacionais como a ONU têm denunciado crimes de guerra e violações de direitos humanos, pressionando por cessar-fogo e ajuda humanitária.

A atuação de ONGs e agências internacionais após o terremoto de março de 2025 reforça a importância da cooperação multilateral em contextos de crise, conforme os princípios liberais de interdependência e segurança coletiva. A exclusão sistemática dos rohingyas, mesmo durante o governo civil de Aung San Suu Kyi, expõe a falência das instituições democráticas em protegê-los. A ausência de garantias de cidadania, liberdade de movimento e acesso a serviços básicos revela um colapso institucional que contraria os ideais de Adam Smith, para quem a liberdade





individual e o livre acesso a bens e serviços são pilares de uma sociedade próspera e pacífica. A resposta internacional, embora presente em denúncias e ações humanitárias, é limitada pela ausência de mecanismos coercitivos eficazes, o que evidencia uma lacuna entre os ideais liberais e a prática internacional. Nos trazendo a notória de que no sistema internacional, o liberalismo só funciona em prol daqueles que lhe convém.

3.3. CONSTRUTIVISMO: IDENTIDADE, DISCURSO E LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA

O construtivismo permite compreender como identidades étnicas e discursos nacionalistas moldam o conflito. A exclusão histórica dos rohingyas, classificados como “estrangeiros ilegais” pela Lei de Cidadania de 1982, revela uma construção institucional de alteridade que legitima práticas de apartheid e limpeza étnica. Essa dinâmica pode ser interpretada à luz da teoria de Alexander Wendt, que afirma que “a anarquia é o que os Estados fazem dela”, ou seja, as estruturas internacionais são socialmente construídas, e os interesses dos Estados derivam de suas identidades e interações (Wendt, 1992). A propaganda budista nacionalista, que retrata os rohingyas como ameaça demográfica e cultural, reforça a violência estrutural e simbólica, evidenciando o papel das ideias e normas na constituição da realidade política. Como destaca Nicholas Onuf, um dos fundadores do construtivismo, “as regras e os discursos moldam o comportamento dos atores internacionais” (ONUF, 1989). A disputa pela legitimidade entre o SAC (governo militar) e o NUG também se insere na arena discursiva internacional.

O reconhecimento simbólico por parte de atores externos pode alterar o status político dos grupos envolvidos e influenciar os rumos do conflito. A perseguição aos rohingyas é sustentada por construções identitárias e discursos nacionalistas que moldam o que mencionado anteriormente pode ser chamado de nova roupagem “do totalitarismo Racial”. A propaganda budista extremista os retrata como ameaça demográfica e cultural, legitimando a violência como defesa da “pureza nacional”. Essa construção simbólica reforça a exclusão e naturaliza o apartheid institucional. Como argumenta Maja Zehfuss, as identidades não são fixas, mas construídas socialmente, e têm implicações diretas sobre quem é considerado sujeito de direitos ou alvo legítimo da violência (Zehfuss, 2001). Assim, o construtivismo revela que a





violência contra os rohingyas não é apenas uma questão de segurança, mas de construção simbólica da exclusão e da legitimidade estatal.

3.4. MARXISMO: ESTRUTURA ECONÔMICA, LUTA DE CLASSES, MARGINALIZAÇÃO ECONÔMICA E VIOLÊNCIA ESTRUTURAL

A análise marxista evidencia a dimensão econômica do conflito, marcada pela disputa por recursos naturais e pela exploração das populações marginalizadas. A junta militar controla setores estratégicos da economia, como gás, jade e rubi e utiliza esses recursos para sustentar sua máquina de guerra e garantir a reprodução de sua elite. Essa lógica se insere na crítica de Karl Marx ao capitalismo como sistema de exploração, onde o Estado atua como instrumento da classe dominante para manter a desigualdade social (Marx, 2017). Enquanto os grupos étnicos armados (EAOs) operam em regiões montanhosas com economias próprias e comércio transfronteiriço. A guerra também revela tensões de classe, com civis se juntando às resistências armadas em busca de sobrevivência e dignidade. A militarização da economia e o uso da ajuda humanitária como instrumento de domínio (bloqueio de assistência em áreas controladas pela resistência) ilustram o que Vladimir Lenin denominou como imperialismo, a fase superior do capitalismo, em que o Estado se torna agente direto da acumulação e da repressão (Lenin, 2010). a instrumentalização da estrutura econômica em favor da elite militar.

A análise marxista evidencia a marginalização dos rohingyas como parte de uma estrutura de dominação. Privados de cidadania, são submetidos a trabalho forçado, extorsão e confisco de terras. A guerra civil intensificou essa exploração, com deslocamentos em massa para campos de refugiados superlotados em Bangladesh, onde enfrentam fome, doenças e ausência de perspectivas. O controle militar sobre recursos naturais e fronteiras reforça a lógica de acumulação e exclusão. conforme analisado por Immanuel Wallerstein em sua teoria do sistema-mundo, que mostra como os Estados periféricos são subordinados a uma lógica global de exploração e dependência (Wallerstein, 2006). conflito em Mianmar não é apenas uma disputa política, mas uma expressão da luta de classes e da violência estrutural



3.5. PÓS-COLONIALISMO: HERANÇA IMPERIAL E RESISTÊNCIA SUBALTERNIZADA

A perspectiva pós-colonial destaca a continuidade das estruturas de dominação herdadas do período colonial britânico, como a centralização autoritária e a marginalização das minorias étnicas e a fragmentação identitária são legados diretos da administração imperial, que institucionalizou desigualdades e fomentou divisões internas. Como argumenta Edward Said, o colonialismo não termina com a independência formal, mas persiste por meio de discursos, instituições e práticas que naturalizam a superioridade de um grupo sobre os demais (SAID, 2007). A luta dos EAOs por autonomia territorial e reconhecimento político reflete uma resistência à hegemonia do grupo étnico bamar, dominante no aparato estatal. Tanto pelo regime militar quanto por parte da oposição democrática, que prioriza agendas majoritárias. Essa dinâmica ecoa a crítica de Gayatri Spivak, que questiona se o subalterno pode realmente falar, ou se sua voz é sistematicamente silenciada pelas estruturas de poder (Spivak, 2010).

A fragmentação da resistência, com agendas distintas entre PDFs e EAOs, revela a complexidade das identidades locais e a dificuldade de construir uma unidade nacional inclusiva. Como mostra Achille Mbembe em sua teoria da necropolítica, os rohingyas são transformados em “mortos-vivos”, sujeitos descartáveis cuja existência é marcada pela violência estrutural e pela ausência de direitos (Mbembe, 2016). A atuação da China, negociando separadamente com grupos étnicos, reforça dinâmicas neocoloniais de influência regional. A luz da teoria pós-colonialista a condição dos rohingyas é resultado direto da herança colonial britânica, que fragmentou identidades e institucionalizou desigualdades. A exclusão jurídica pós-independência perpetua essa lógica, negando-os o pertencimento nacional. A resistência, embora presente, é subalternizada tanto pelo regime quanto por parte da oposição democrática, que prioriza agendas majoritárias. A guerra civil, nesse sentido, não representa uma ruptura, mas uma continuidade da violência estrutural contra os subalternos.



4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente investigação adota uma abordagem qualitativa, exploratória e interdisciplinar, com base na análise teórica e documental, visando compreender o modo como o regime militar de Mianmar mobiliza práticas biopolíticas e totalitárias para o controle e a eliminação da população rohingya. De acordo com Creswell (2014), a pesquisa qualitativa é adequada para compreender fenômenos complexos, permitindo a interpretação de significados, contextos e relações de poder. Assim, o estudo fundamenta-se na triangulação entre fontes empíricas e referenciais teóricos de base filosófico-política.

O recorte teórico está estruturado na articulação entre os conceitos de biopoder, estado de exceção, totalitarismo e necropolítica, conforme desenvolvidos por Michel Foucault (1976, 1979), Hannah Arendt (1989), Giorgio Agamben (2004) e Achille Mbembe (2003), respectivamente. A seleção desses autores deve-se à relevância de suas contribuições para o entendimento das dinâmicas contemporâneas de poder, exclusão e violência política.

Michel Foucault, especialmente em *Microfísica do Poder* (1979) e *História da Sexualidade I* (1976), oferece uma base teórica sólida para compreender como o poder moderno se desloca da soberania para a administração da vida. Seu conceito de biopoder é central para esta análise, pois permite interpretar a perseguição aos rohingya como uma política de gestão da morte legitimada pelo Estado. Hannah Arendt, por sua vez, em *Origens do Totalitarismo* (1989), contribui com a compreensão da estrutura ideológica e institucional dos regimes autoritários, enquanto Giorgio Agamben, em *Estado de Exceção* (2004), aprofunda a discussão sobre a suspensão da legalidade como mecanismo de dominação. E por fim Achille Mbembe com os conceitos de “*Necropolítica*”, ajuda a aprofundar os conceitos de biopoder estabelecidos por Foucault, trazendo uma profundidade teórica e ideológica.

No plano empírico, a pesquisa recorreu à análise documental de fontes jornalísticas e institucionais. De acordo com Cellard (2012), esse método possibilita examinar criticamente os documentos, identificando intenções, contextos e lacunas de poder. Foram selecionadas fontes de alta credibilidade, como: a reportagem do G1 “Mianmar impõe lei marcial e estado de emergência em nove regiões” (2025); a matéria da *CNN Brasil* “Junta militar de Mianmar está cometendo um genocídio, diz oficial da ONU” (2021); o *Report of the Independent International Fact-Finding Mission*





on Myanmar (ONU, 2018). A triangulação dessas fontes assegura consistência e validade analítica, conforme recomenda Flick (2009), permitindo articular o discurso oficial, o relato midiático e o referencial teórico.

A triangulação dessas fontes permitiu uma análise crítica e contextualizada dos eventos, articulando dados empíricos com os referenciais teóricos. O estudo adota ainda o método de estudo de caso, conforme Yin (2015), ao examinar o genocídio dos rohingya como fenômeno paradigmático das dinâmicas contemporâneas de violência estatal e racializada. A análise cobre o período de 2012 a 2025, com ênfase nos eventos pós-golpe de 2021, e articula perspectivas do Realismo, Liberalismo, Marxismo e Pós-colonialismo, buscando compreender as dimensões políticas, econômicas e geopolíticas do conflito.

A pesquisa respeita os princípios éticos da investigação científica (Lakatos; Marconi, 2017), com rigor na seleção de fontes, clareza na exposição dos resultados e compromisso com a denúncia de violações de direitos humanos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso do estado outrora chamado Birmânia, pode ser interpretado à luz do conceito de biopoder, desenvolvido por Michel Foucault, no qual o Estado assume o controle da vida biológica de suas populações, decidindo quem deve viver e quem pode morrer (Foucault, 1979). Os rohingya, ao serem desumanizados e excluídos do corpo político da nação, tornam-se alvo de um projeto de extermínio legitimado pelo discurso nacionalista budista e pela lógica militar. O País vive uma crise multidimensional política, humanitária, étnica e moral que desafia os limites da teoria e da prática democrática. A luta pela liberdade não pode ser dissociada da luta pela inclusão. Sem o reconhecimento pleno de todos os povos, especialmente os rohingyas, qualquer projeto de reconstrução democrática estará fadado a repetir os mesmos mecanismos de exclusão que permitiram o surgimento do estado de exceção.

Nesse sentido, a perseguição em Mianmar constitui um exemplo contemporâneo de práticas totalitárias racial que lembram a Alemanha nazista. Assim como no regime hitlerista, observa-se a fusão entre ideologia, etnia e Estado, onde a diferença étnica e religiosa é convertida em justificativa para extermínio (Arendt,





1951). O nacionalismo exacerbado, aliado à repressão institucional, cria uma “nova roupagem do Totalitarismo Racial” no século XXI, ainda que em contexto geopolítico distinto. A guerra em Mianmar não é apenas política: ela é étnica, racial e existencial. A violência sistemática contra os rohingya expõe a face mais brutal do autoritarismo e revela a permanência de lógicas genocidas em tempos contemporâneos. Trata-se de uma luta por liberdade, reconhecimento e direito à vida, em um território em que a democracia foi sufocada pela força das armas. Mais do que uma crise local, “Mianmar” se apresenta como um caso paradigmático das fragilidades da ordem internacional diante de regimes que instrumentalizam o biopoder para perpetuar o terror. Em suma, como dito metaforicamente, parece mais fácil o homem colocar os pés em Júpiter do que Mianmar se tornar uma nação unificada, sob a égide da democracia e do respeito aos direitos humanos. Diante dos elementos discutidos, torna-se inevitável questionar: *se os Rohingya fossem europeus, o genocídio vivido por eles teria recebido a devida atenção do sistema internacional?*. Essa provocação não busca oferecer uma resposta definitiva, mas sim instigar uma reflexão crítica sobre os critérios que orientam a ação ou a omissão das instituições globais frente às violações de direitos humanos. A pergunta permanece como convite à continuidade do debate e à ampliação das análises sobre os mecanismos de seletividade e poder nas relações internacionais.

5.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Esta pesquisa apresenta como limitação o número restrito de páginas, o que impôs a necessidade de selecionar e sintetizar os conteúdos abordados. Em razão disso, algumas discussões teóricas e aprofundamentos metodológicos foram tratados de forma mais concisa, priorizando os aspectos centrais do objeto de estudo.

Entre as limitações desta investigação, destaca-se a assimetria na disponibilidade de fontes confiáveis: observa-se uma abundância de dados sobre o conflito da guerra civil em Mianmar, enquanto as informações relativas ao genocídio perpetrado contra os rohingyas permanecem escassas e fragmentadas. Essa disparidade documental impõe desafios à análise equilibrada dos diferentes aspectos da crise humanitária, comprometendo a profundidade interpretativa sobre as dinâmicas de violência étnica e exclusão sistemática.





5.2 SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

Diante das limitações observadas na atuação do sistema internacional frente à crise em Mianmar, sugere-se que futuras pesquisas aprofundem uma reflexão crítica sobre o papel do Prêmio Nobel da Paz, cuja concessão tem sido alvo de controvérsias por privilegiar agendas políticas em detrimento de uma defesa consistente dos direitos humanos. A análise das premiações recentes pode contribuir para entender como o reconhecimento internacional se articula com disputas ideológicas e geopolíticas. Quanto ao futuro de Mianmar, permanece a indagação sobre a viabilidade de um retorno à democracia. A persistência da repressão militar, aliada à fragilidade das instituições democráticas e à ausência de pressão internacional efetiva, torna incerto o horizonte político do país.

Investigações futuras poderiam se debruçar sobre os mecanismos possíveis de transição democrática, considerando tanto os atores internos quanto os condicionantes externos que influenciam esse processo. Que outras vertentes promissoras para análise residem na ampliação do referencial teórico utilizado. Embora esta pesquisa tenha articulado perspectivas do Realismo, Liberalismo, Marxismo e Pós-colonialismo, estudos futuros poderiam incorporar abordagens como o Construtivismo, a Teoria Crítica ou os Estudos Subalternos, a fim de compreender com maior profundidade as dinâmicas de poder, identidade e resistência presentes no conflito. A análise sobre os fatores que condicionam a seletividade da ajuda humanitária e diplomática. Embora organismos multilaterais, como a ONU, ofereçam algum nível de assistência, essa ajuda frequentemente se mostra insuficiente ou simbólica, o que levanta questionamentos sobre a eficácia e a imparcialidade dessas instituições. Seria pertinente investigar se tal limitação decorre de um fracasso institucional, de restrições geopolíticas, ou de uma estratégia deliberada para evitar críticas internacionais relacionadas à negligência dos direitos humanos que, por definição, deveriam ser universais e não aplicados conforme conveniências políticas. É relevante explorar por que outros Estados não se mobilizam de forma mais contundente para mitigar o conflito, como ocorre em outras regiões, a exemplo da guerra na Ucrânia. Essa disparidade de engajamento internacional pode revelar padrões de hierarquização das crises globais, influenciados por interesses estratégicos, econômicos ou culturais. Ainda que o questionamento sobre os



Rohingya fosse europeus, o genocídio vivido por eles teria recebido a devida atenção do sistema internacional, tenha sido explorado em profundidade nesta pesquisa, aponta para a necessidade de futuras investigações sobre os vieses geopolíticos e raciais nas respostas internacionais a crises humanitárias.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARENDT, H. *Eichmann em Jerusalém – Um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2012.

CNN BRASIL. “Junta militar de Mianmar está cometendo um genocídio, diz oficial da ONU.” 2021.

CNN Brasil. “Junta militar de Mianmar está cometendo um genocídio, diz oficial da ONU”. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/junta-militar-de-mianmar-esta-cometendo-um-genocidio-diz-oficial-da-onu/>. Acesso em: ago. 2025.

CRESWELL, John W. *Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa*. Porto Alegre: Penso, 2014.

FLICK, Uwe. *Introdução à Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

G1. “Entenda o golpe militar em Mianmar”. 01 fev. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/02/01/entenda-o-golpe-militar-em-mianmar.ghtml>.

G1. “Mianmar impõe lei marcial e estado de emergência em nove regiões, diz TV estatal”. 31 jul. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/07/31/mianmar-impoe-lei-marcial-e-estado-de-emergencia-em-nove-regioes-diz-tv-estatal.ghtml>.





LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2017.

MBEMBE, Achile, *Necropolítica*. Arte e Ensaios, Suíça, n.º32, p. (.123 - 151), dezembro, 2016 de publicação. Disponível em: <https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf>. Acesso em: Ago 2025.

ONU. *Report of the Independent International Fact-Finding Mission on Myanmar*. Human Rights Council, Geneva, 2018.

UNITED NATIONS. *Report of the Independent International Fact-Finding Mission on Myanmar*. Geneva: UNHRC, 2018.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2015.

HOBBS, Thomas. *Leviatã: ou a matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Tradução de Ruy Ribeiro Franco. Belo Horizonte: Tessituras, 2011

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Pensadores)

KANT, Immanuel. *À paz perpétua: um projeto filosófico*. Tradução de Rodrigo Duarte. São Paulo: Iluminuras, 2003

WENDT, Alexander. *Social theory of international politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

ONUF, Nicholas. *World of our making: rules and rule in social theory and international relations*. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.

ZEHFUSS, Maja. *Constructivism in international relations: the politics of reality*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

LENIN, Vladimir. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno*. Vol. I. Lisboa: Edições 70, 2006.

SAID, Edward W. *Orientalismo*. Tradução de Maria do Carmo Zanini. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

